

Iolanda Évora

A diáspora cabo-verdiana e a ideia de nação

Apresentado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas USP
Departamento de Geografia a 14.10.2009

*O CEsA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

Em primeiro lugar, devo referir que o meu interesse pelas questões de construções sociais como a diáspora cabo-verdiana e nação cabo-verdiana, etc, enquadram-se numa linha de pesquisa que aborda as repercussões psicossociais da migração cabo-verdiana e os processos de produção de sentido que esta engendra, dentro e fora do arquipélago.

Partindo da noção do lugar como um horizonte de ligações, de produções de sentidos e de lutas, a perspectiva que adotamos evidencia, por um lado, uma série de questões pouco abordadas, e ao mesmo tempo, mostra o seu potencial na re-elaboração do fenómeno migratório como um todo (o que inclui, por exemplo, uma psicossociologia do lugar de origem como parte fundamental de uma nação de diáspora também).

Além desse interesse a partir de um lugar social e académico, sem dúvida que o tema “diáspora e nação”, quando referido a Cabo Verde, já desperta interesse, ou seja, é um assunto impertinente (porque provocador), se pensarmos na descoincidência entre a territorialidade geográfica do país (dez ilhas e 4033 km²) e o nacional (as ilhas e a diáspora).

Quer dizer que indica, de imediato, um desafio porque a proximidade geográfica não é aqui adoptada como o critério de definição de nação. Ao contrário, no caso de Cabo Verde, afirma-se que a nação, em sua definição, só é alcançável se se considerar, também, os que estão fisicamente distantes do lugar territorial denominado Cabo Verde.

Voltamos, pois, ao desafio imposto por uma definição de nação que engloba coletividades vivendo em diferentes territórios políticos. Sobretudo num contexto em que pretende-se que o Estado-nação seja fator marcante da formatação de uma identidade nacional, como falar de uma mesma nação a propósito de pessoas vivendo dispersas pelo mundo? Como foi esse elemento forjado entre cabo-verdianos, como persiste e quais os seus elementos aglutinadores de uma população tão dispersa?

Mais ainda: é possível estarmos perante a ideia de uma nação feita com emigrantes que contraria o estado-nação cabo-verdiano? Por uma antropologia do movimento migratório que tem como referência a ideia de Estado-nação, a concepção étnica de Estado-nação alemão referenciada ao “Volksgeist hegeliano, certamente que designaria uma população distribuída num espaço geográfico contínuo e unida pela mesma língua.

Por esta perspectiva, a emigração é sinônimo de imperfeição (quando se quer afirmar uma nação), demarcando-se como não-nacional todos os que estão fora das fronteiras geográficas. Portanto, quando se reafirma, por diferentes estratégias, que o emigrante também é um nacional (do país do qual ele está ausente), esvazia-se, simbolicamente, a categoria de “ausente”, criam-se metáforas nacionais em torno do mito do retorno (como um ato desejado e alcançável por todos), da constituição de uma cultura nacional sem fronteiras e de uma identidade cultural como sinônimo da identidade nacional. Este processo exige critérios de afiliação não apenas formais, mas sobretudo simbólicos porque, explicitamente, pretende-se tornar os emigrantes participantes ou partes de um empreendimento conjunto de longo alcance e abstração. E mesmo que tal afiliação se refira a um agrupamento abstrato, deve tornar-se guia da ação e de uma identidade pessoal que acompanha o emigrante durante todo o seu trajeto migratório, no tempo e no espaço.

Ora, a emigração é considerada o elemento definidor da sociedade cabo-verdiana pela forma como a mobilidade atingiu o arquipélago desde sempre (dados de início da saída, destinos, quantos, mulheres, fluxos atuais), transformando-se num *fato social total*.

Na poesia, na novelística, nas artes em geral, a migração cabo-verdiana é descrita como constitutiva de um traço importante na formação da identidade nacional e participante na moldagem das maneiras de ser, de estar, de olhar o mundo à volta e imaginar o mundo mais longe. Ali projeta-se uma problemática real, com personagens emprestando a sua carga emocional e nostálgica determinada pela insularidade, pelo apego à terra, pela ambivalência do mar e pelo dilema do partir e do ficar, valoriza-se as relações intercontinentais, o espaço do Eldorado que é o lugar-esperança de uma ressurreição econômica e da redenção de um passado de penúria e de misérias. As vivências dos personagens mostram as ilhas como as bases para partirmos e Cabo Verde como o destino, quer dizer, o lugar do qual é necessário partir para se regressar, para construir, para progredir (Baltasar Lopes, 1993). No campo da cultura destacam-se as produções musicais, literárias, do folclore e da culinária que parecem ter o poder de anular as distâncias e de favorecer a constituição de uma geografia sentimental que aproxime emigrados/imigrantes e as ilhas.

Em todos os campos da vida social, constróem-se acontecimentos, coisas, espaços e momentos em que parcelas das histórias das emigrações pessoais são compartilhadas com os outros, mas, sobretudo, privilegiam-se os espaços e os eventos em que melhor se revela “a voz do arquipélago chamando tenazmente os emigrantes para o canto do mundo de onde partiram” (Lopes,1993:96).

Compreende-se que a ideia de nação existe bem antes da formação do estado-nação, precisamente por causa da emigração, que fazia repercutir, no arquipélago, as ideias de nacionalidade e de pertença que ouviam em países como os EUA do início do século 20, por exemplo.

Com a independência, em 1975, e a formação do estado-nação há uma reafirmação constante da ideia de uma nação que existe porque também é simbolicamente experimentada além-fronteiras. Reafirmar esta característica parece fazer parte da própria afirmação do estado-nação.

O estado-nação deve garantir essa reafirmação porque é preciso lembrarmos a intenção de tornar a proclamação da independência um momento histórico por excelência, “re-fundante” da nacionalidade, o grande marco da nação, de (re) constituição da ideia de nação.

A independência marca a intenção de se estabelecer (novas) posições ideais para a cultura, a religião e as produções sociais, em geral, e de se introduzir outros fundamentos existenciais, opostos aos que vinculam a existência de um ser colonizado. A proclamação da independência apresenta-se como um projeto emancipador, expansivo e renovador, destaca-se pelo seu poder de emanar valores, regras, trajetórias, sentimentos e de sustentar a criação de práticas, do raciocínio prático e dos fazeres do dia-a-dia realizados pelas pessoas.

Em segundo lugar, deve-se proclamar a nova nação junto a quem está fora do território para que o poder oficial alcance a todos, seja por eles reconhecido e aceite como seu representante, para que possa existir e manter o seu poder sobre os cabo-verdianos que ficaram (aceitação pelos de fora quase como uma condição para a aceitação interna). Caso contrário, outras ordens nacionais podem desafiar a sua influência sobre muitas pessoas porque essas influências repercutem nos agregados dentro do país).

Para que o Estado possa proclamar-se representante dos emigrantes/imigrantes e estes se reconheçam como por ele representados, são importantes as táticas e estratégias que garantem o reforço do prolongamento dos elos entre o “eu” do migrante e a nação, num espaço muito mais alargado do que aquele fornecido pelos limites insulares.

Para isso, procura-se o reforço de uma mesma identidade com base na homogeneidade cultural-linguística, social, econômica, política e religiosa que pretende repôr a ilusão de uma ordem nacional perfeita, sem as consequências drásticas da divisão e da diversidade impostas pela migração.

Muito mais! Após tantos anos de emigração, procura-se criar uma referência cultural que incorpora a própria existência no exterior e suas formas de simbolização, promovendo uma cultura que inclua esses elementos criados lá fora. Não por acaso, quando um artista faz sucesso no exterior, imediatamente, a partir de CV, acentuam-se os traços que permitam reconhecer a sua caboverdianidade e, em todos os casos, a pessoa que se destaca, reafirma os seus laços com Cabo Verde, mesmo que tenha nascido e vivido sempre no exterior. O discurso mais comum, neste caso, é a reafirmação de que esses elementos foram transmitidos no espaço doméstico, pela família e amigos mais próximos dos progenitores que emigraram.

Encontramos, aqui, indicações claras de que o mundo da cultura é o espaço, por excelência, de promoção e reafirmação da nação.

Mas o que faz com que esta noção se mantenha apesar das distâncias e do tempo? Ou seja, como manter uma identidade tão facilmente identificável, mesmo entre aglomerados que se estabeleceram há tanto tempo no exterior, que têm já duas gerações que sequer conhecem o arquipélago, apenas de ouvir falar pelos avós?

Identificamos a existência de **uma geografia emocional muito forte**; de estratégias que são utilizadas para manter a caboverdianidade e a identidade nacional como experiências intrínsecas comuns a todo o cabo-verdiano. Ou seja, o que é feito, de forma mais ou menos explícita, para que os emigrantes não apenas sejam mantidos como parte da nação cabo-verdiana mas, igualmente, a reafirmem dentro e fora do país.

Ao longo do tempo, os agentes devidamente situados nos diferentes campos, têm sido particularmente competente como guardiões dessa constante reafirmação nacionalista, da prática comum de exaltação da nacionalidade, da caboverdianidade, da essência do país, da ideia de que existe algo que singulariza o cabo-verdiano enquanto povo e, nesse sentido, o naturaliza e essencializa.

No entanto, as presenças de longo tempo no exterior e que mostram, cada vez mais, o seu carácter de estadias permanentes em outros países são favoráveis à construção de alteridades outras, à mobilidade planetária, à expansão das redes transnacionais que, hoje em dia, não necessariamente, passam por Cabo Verde como o ponto de origem ou de chegada. Ou seja, há uma subversão da forma e da ideologia histórica favorável ao estado-nação e à ideia de nação que a sustenta.

A constituição de universos de sociabilidades outras, distantes das ideologias atualmente dominantes sugere que há uma vasta renegociação contemporânea das ideologias, das identidades e dos comportamentos coletivos.

No caso da diáspora cabo-verdiana, percebe-se a existência num universo de rede reticular, que faz com que cada ponto dessa rede receba diferentes atributos como parte da malha que forma a nação cabo-verdiana. Neste caso, parece-nos que Cabo Verde, como lugar de partida e de chegada, recebe novas valorações no espaço desta rede reticular, uma rede a ser decifrada e onde novas identidades transformam a concepção de nação e reestruturam a ideia de nação. Nesse espaço, EUA, Portugal, França, Holanda, Itália acabam por ter um perfil de identidade particular, ou seja, a cada um são atribuídas características que as identificam e singularizam. Mais ainda, são as práticas transnacionais que agora ligam as comunidades espalhadas à terra de origem.

Torna-se necessário compreender que ideia se forja nesse novo espaço e o que é que legitima a ideia de rede como um espaço de vida completo e pertinente com formato de nação cabo-verdiana.

Diáspora: até pouco tempo, o sentido arquetípico de expulsão forçada e dispersão, perseguição, sentido de perda e a visão do retorno.

Atualmente, tornou-se um termo mais de auto-identificação entre muitos grupos que migraram para diferentes lugares.

A diáspora se auto-descreve, não enfatizando mais os aspectos melancólicos normalmente associados a diásporas, mas celebrando a criatividade cultural, a dinâmica social e o significado romântico.

A tradicional perspectiva do retorno é agora substituída de uma identificação ideológica ou práticas transnacionais que podem ligar as comunidades espalhadas à terra de origem.

Nesta nova era, a diáspora joga um papel na arena política, as associações têm atividade política que se reflete em Cabo Verde, são vistas estrategicamente pelos partidos políticos em CV.

As novas tecnologias de comunicação aumentaram a capacidade de mobilidade e de contato entre os diferentes pontos da diáspora e as políticas de multiculturalismo em muitos países de acolhimento revitalizaram comportamentos de orgulho étnico e afirmativo.

O CEsa

O CEsa é um dos Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, tendo sido criado em 1982.

Reunindo cerca de vinte investigadores, todos docentes do ISEG, é certamente um dos maiores, senão o maior, Centro de Estudos especializado nas problemáticas do desenvolvimento económico e social existente em Portugal. Nos seus membros, na maioria doutorados, incluem-se economistas (a especialidade mais representada), sociólogos e licenciados em direito.

As áreas principais de investigação são a economia do desenvolvimento, a economia internacional, a sociologia do desenvolvimento, a história africana e as questões sociais do desenvolvimento; sob o ponto de vista geográfico, são objecto de estudo a África Subsariana, a América Latina, a Ásia Oriental, do Sul e do Sudeste e o processo de transição sistémica dos países da Europa de Leste.

Vários membros do CEsa são docentes do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional leccionado no ISEG/"Económicas". Muitos deles têm também experiência de trabalho, docente e não-docente, em África e na América Latina.

Os autores

IOLANDA ÉVORA

Iolanda Maria Alves Évora- Psicóloga Social pela Universidade de São Paulo, Brasil, investigadora associada do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (Cesa,Iseg), ao abrigo do Programa Ciência 2008 da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal (FCT). Desde 1998 conduz trabalhos de investigação sobre dimensões psicossociais da migração cabo-verdiana, primeiro realizando investigação sobre as mulheres de origem cabo-verdiana em Itália e, mais recentemente, sobre transnacionalismo, processos associativos em contexto migratório e concepções e discursos sobre a diáspora cabo-verdiana dentro e fora do arquipélago. No campo da saúde/imigração tem estudado, nomeadamente, aspectos das percepções e atitudes dos jovens face ao VIH/Sida. Recentemente, participa de equipas de investigação sobre processos organizativos em contextos de trabalho informal como as feiras e mercados no Brasil, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Lecciona disciplinas de Psicologia Social e Organizacional e Metodologia Qualitativa em licenciaturas e mestrados do ensino superior no Brasil, em Cabo Verde e em Portugal.

Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento
Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/"Económicas")
da Universidade Técnica de Lisboa

R. Miguel Lupi, 20 1249-078 LISBOA PORTUGAL
Tel: + / 351 / 21 392 59 83 Fax: [...] 21 397 62 71 e-mail: cesa@iseg.utl.pt
URL: <http://www.iseg.utl.pt/cesa>